

IDENTIDADE, ESTADO-NAÇÃO E PATRIMÔNIO:

O TOMBAMENTO DO PARC NATIONAL HISTORIQUE
NO HAITI (1940-1990)

LOUDMIA AMICIA PIERRE-LOUIS, UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA, FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ, BRASIL
Bacharel em História - América-Latina pela ILAACH e mestranda do PPGHIS – UNILA.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6070-8727>
E-mail: lap.louis.2016@aluno.unila.edu.br

ANA RITA UHLE, UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA,
FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ, BRASIL
Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA; Doutora
em História pelo IFCH – Unicamp.
E-mail: ana.uhle@unila.edu.br

DOI
<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v16i31p39-68>

RECEBIDO
04/08/2020
APROVADO
12/09/2021

IDENTIDADE, ESTADO-NAÇÃO E PATRIMÔNIO: O TOMBAMENTO DO PARC NATIONAL HISTORIQUE NO HAITI (1940-1990)

LOUDEMIA AMICIA PIERRE-LOUIS, ANA RITA UHLE

RESUMO

Sabendo que o Haiti liderou a única revolução levada a cabo por negros escravizados que pôs fim ao sistema colonial escravocrata e racista na ilha, dando lugar à primeira República negra do mundo, nos perguntamos sobre a constituição da sua identidade nacional e sua materialização nos patrimônios históricos. Assim, este artigo analisa os processos de preservação do patrimônio haitiano entre as décadas de 1940 e 1990 – período de institucionalização e tombamento dos primeiros monumentos históricos nacionais – identificando as circunstâncias que levaram ao surgimento e à implantação da questão como tema politicamente relevante. Analisaremos o período pós-independência relacionado à edificação das fortalezas que constituem o Parc National Historique – Citadelle Laferrière, Sans-Souci, Ramiers (PNH-CSSR), patrimônio cultural da humanidade e patrimônio nacional, – na tentativa de descobrir uma possível difusão de uma consciência do patrimônio nacional e desvendar as bases sobre as quais se ergueu a identidade nacional e como foram constituídas as políticas culturais no Haiti independente.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade nacional, Monumento histórico, Patrimônio mundial.

IDENTITY, NATION STATE AND HERITAGE: LISTING HAITI'S PARC NATIONAL HISTORIQUE (1940-1990)

LOUDMIA AMICIA PIERRE-LOUIS, ANA RITA UHLE

ABSTRACT

Since Haiti saw the only revolution led by enslaved Blacks, ceasing the island's slavery and racist colonial system and giving rise to the first Black Republic in the world, we enquire on the country's constitution of its national identity and how such identity materializes in its historical heritage. We, therefore, analyze the Haitian heritage preservation processes taken place between the 1940s and 1990s – period of institutionalization and listing of the first national historical monuments –, identifying the circumstances that led to the emergence and establishment of the issue as a politically relevant topic. We discuss the post-independence period in relation to the building of the fortresses that make up the Parc National Historique – Citadelle Laferrière, Sans-Souci, Ramiers (PNH-CSSR) – cultural heritage of humanity and national heritage – to try and discover a possible diffusion of a national heritage awareness and uncover the foundations on which independent Haiti built its national identity and how it established cultural policies.

KEYWORDS

National identity, Historical monument, World heritage.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretendemos analisar o surgimento das políticas de patrimonialização cultural no Haiti, compreendendo aspectos da produção historiográfica sobre a Revolução Haitiana, além do processo de inserção do patrimônio como pauta do poder público no país a partir da década de 1940. Para tanto, refletiremos sobre o tombamento do Parc National Historique – Citadelle Laferrière, Sans-Souci, Ramiers (PNH-CSSR), situado em Milot, região norte do Haiti, que abrange um conjunto de edificações levantadas no início do século XIX, legados materiais da Revolução Haitiana.¹

O Parque Nacional Historique se traduz em marco da Revolução Haitiana ao materializar as primeiras ações do país independente: a estratégia de defesa, o vigor arquitetônico, o amplo conhecimento do território, a celebração da independência e muito mais. Destacamos a relevância do PNH-CSSR como vestígio de um episódio insuficientemente explorado pela historiografia, bem como seu valor enquanto símbolo da história da resistência negra e antiescravista no continente americano. Acentuamos também a pertinência do tema no âmbito dos estudos de patrimônio, uma vez que permite desvelar o processo histórico que engendrou a construção

¹ Neste trabalho, condensamos as pesquisas realizadas durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso em História – América Latina, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em 2019.

desses edifícios e a forma como os discursos de memória têm sido produzidos e registrados por órgãos de preservação patrimonial.

O conceito de patrimônio moderno, que ilustra a história nacional, data provavelmente dos anos 1790, no contexto da França revolucionária, como o assinalam Jean-Pierre Babelon e André Chastel (1994). O surgimento do conceito de patrimônio histórico no Ocidente está relacionado aos processos revolucionários pelos quais passaram os Estados europeus, em especial a França e a Inglaterra, bem como às transformações urbanas decorrentes do desenvolvimento do urbanismo ao longo do século XIX. Desde então, a ideia de patrimônio se disseminou e sofreu transformações significativas.

Na América Latina e no Caribe, o processo de patrimonialização, que se consistiu na criação de instituições, na elaboração de leis que garantem o trabalho de preservação, de conservação e de restauração dos bens culturais históricos e artísticos, começou a ganhar força a partir dos anos 1930, quando ocorreu a inserção do patrimônio na pauta dos poderes públicos. Assistiu-se, portanto, à mundialização dos valores e das referências patrimoniais ocidentais e sua adequação aos contextos políticos, históricos e sociais latino-americanos e caribenhos.

Assim, na região do Caribe se observa, a partir dos anos 1980, uma grande investida da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no tema dos patrimônios da humanidade, por meio do tombamento em massa de vários bens culturais, naturais e mistos². O Estado do Haiti, como vários outros da região, teve seu Parc National Historique, composto de três monumentos – Sans-Souci, Citadelle e as fortificações de Ramiers, monumentos de raiz afro –, inserido na lista dos Patrimônios da Humanidade da Unesco em 1982, sendo tombado como Patrimônio Histórico Nacional em 1995 – postura pouco comum na nossa

² Nesse período ocorreu, por exemplo, o tombamento da Ciudad vieja de La Habana Vieja y su sistema de Fortificaciones (1982), o de Trinidad y Valle de los Ingenios (1988), o de Santiago de Cuba (1997) e o do Parque Nacional del Desembarco del Granma (1999), todos em Cuba; o tombamento da Ciudad Colonial de Santo Domingo, na República Dominicana (1990); do Morne Trois Pitons National Park, na Dominique (1997); da Fortaleza y Sitio Histórico Nacional de San Juan (1983), em Porto Rico.

América³. Na apresentação do Parc National Historique, a Unesco descreve seus monumentos como portadores de um simbolismo universal por terem sido os primeiros a serem construídos por sujeitos negros escravizados que haviam conquistado sua liberdade⁴. O simbolismo do Parc National Historique, manifestado nacional e internacionalmente, tem origem na relação com o processo histórico que o engendrou: a Revolução Haitiana de 1791. Nesse sentido, importa retomar um pouco do contexto no qual os edifícios foram erguidos.

2 CITADELLE, SANS-SOUCI, RAMIERS E SEU SIMBOLISMO DE LIBERDADE

A singularidade da Revolução de 1791 no contexto da modernidade é incomparável e caracteriza-se por ser antiescravagista, antirracista e anticolonial. Pela primeira vez, temas como raça, colonialismo e escravidão eram questionados e postos em xeque. Embora os escravizados tenham resistido, desde os primeiros momentos do tráfico negreiro, em busca de sua liberdade, por meio do entendimento de que *tout moun se moun*⁵ e, sobretudo, de que o *nèg se moun*, alcançando a compreensão da igualdade entre os seres humanos.

Após a Revolução de 1791, para defender a liberdade e a independência conquistadas após longos séculos de resistência, o Estado do Haiti – antiga colônia francesa de Saint-Domingue – cujo marco fundador se dá em primeiro de janeiro de 1804, com a proclamação da sua independência por Jean-Jacques Dessalines, decreta, três meses depois, a construção de fortalezas em lugares estratégicos do país. Nos picos das montanhas arduamente acessíveis, com vista para as principais rotas que conduzem ao interior do

3 O PNH – CSSR faz parte dos poucos patrimônios materiais de raiz afro das Américas. No Brasil, por exemplo, país com a maior população negra do continente, em 2014, apenas 1% do patrimônio era de ressonância afro. Cf. MOASSAB, Andréia. *A destruição da memória: a inexistência de patrimônio edificado indígena e de origem africana no Brasil*. In: III ENANPARQ, 2014, São Paulo. Anais do III ENANPARQ. São Paulo: Mackenzie/PUC-CAMP, 2014.

4 "Ces monuments d'Haiti, le palais de Sans-Souci, les bâtiments des Ramiers et tout particulièrement la Citadelle, qui remontent au début du XIXe siècle, époque où la République proclama son indépendance, sont chargés d'un symbolisme universel car ils sont les premiers à avoir été bâtis par des esclaves noirs ayant acquis leur liberté." Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/180/> Acesso em: 14 maio 2020.

5 Tradução literal do *kreyòl* haitiano: todo Homem é Homem; o negro é Homem. No Haiti, a palavra *nèg* (negro) é sinônimo de homem.

território, foram então elevadas fortificações que permitissem uma excelente vigilância em grande parte do país (Figura 1). Os monumentos do PNH-CSSR foram então construídos nesta lógica, sobretudo a Citadelle e Ramiers (Figura 2), sob o comando de Henry Christophe (MADIOU FILS, 1848).

FIGURA 1

Vista aérea da Citadelle Laferrière, construída no topo da montanha Bonnet à l'Évêque. Milot. Fotografia: Sebastien Barrau. Fonte: Citadelle Laferrière: Haiti (BARRAU, 2019).



A preocupação em defender a nação contra uma volta dos franceses não era infundada, considerando que a França realizou várias tentativas para restabelecer o sistema colonial no Haiti (COMTE LOPPINOT, 1814 apud RENÉ, 2019, p. 215). Afinal, a França perdera com a independência do Haiti a mais lucrativa de todas suas colônias, também a mais rica de toda a América no final do XVIII (MOREAU DE SAINT-MÉRY, 1958;

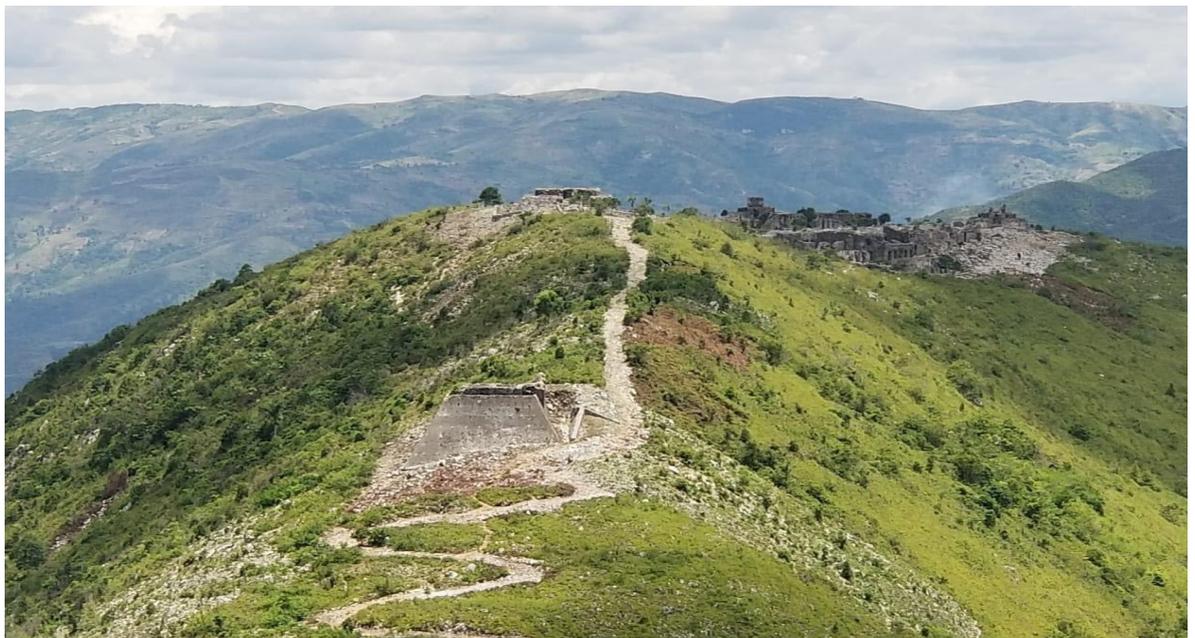
CÉSAIRE, 1961; PIERRE-CHARLES, 1972; HECTOR, MOÏSES, 1962 apud LABELLE, 1987; CAUNA, 1987; GEGGUS, 2009; GARRIGUS, 2006 apud GOMEZ, 2010).

Cabe ressaltar que tal riqueza se valia do sistema de *plantation* e que Saint-Domingue era a colônia mais populosa de escravizados do Caribe. Enfatiza-se que o Caribe se distingue por ser a região que primeiro experimentou a escravidão de negros africanos no continente americano. O Caribe também “acolheu” mais escravizados que o próprio Brasil – colônia que por si só importou quatro milhões de africanos (TROUILLOT, 2016, p. 43).

Se a destruição do “paraíso do novo mundo” (EDWARDS; M’KINNEN, 1806, p. 127 apud GOMEZ, 2010, p. 21) era motivo de alvoroço devido a sua importância econômica para o Ocidente e sua beleza urbana, maior era o fervor dos comentários, do medo e do desespero diante da realidade mais perigosa: o fato desta destruição ter sido encabeçada por negros escravizados que anos depois formariam um Estado-nação dirigido por eles mesmos. A colônia passou a ser assimilada a um mau exemplo, sinônimo de horror, visto que poderia ser – e era – tomada pelas populações escravizadas como incentivo para continuar suas lutas em prol da liberdade e do autogoverno (HERNÁNDEZ, 2005; GOMEZ, 2010).

FIGURA 2

As fortificações de Ramiers vistas desde uma janela da Citadelle Laferrière. Milot, 2019. Fotografia: Loudmia A. Pierre-Louis, 2019. Fonte: acervo pessoal da autora.



A ideia de uma colônia negra autônoma – com Toussaint Louverture em 1801⁶ ou como nação negra independente em 1804 – desgostava bastante o mundo “civilizado” escravocrata. O país era constantemente relegado à margem das relações diplomáticas e, em certa medida, econômicas, durante todo o século XIX e princípio do XX (TROUILLOT, 2016). A independência da nação haitiana foi reconhecida, de forma geral, a partir da segunda metade do século XIX – no caso da França, mediante o pagamento de uma indenização⁷.

Tentativas de apagamento da maior rebelião de escravizados da modernidade se deram, sobretudo, dentro da historiografia, nas academias europeia, estadunidense e latino-americanas (TROUILLOT, 2016). Trouillot analisa os eventos entre 1791 e 1804 na colônia de Saint-Domingue como acontecimentos impensáveis e, sendo impensáveis, o silêncio estaria já impregnado nas fontes e na própria narrativa da história. Uma vez que a Revolução Haitiana, “por falta de instrumentos de pensamento, tais como problemáticas, conceitos, métodos e técnicas”, como “por falta de inclinações éticas ou políticas propensas a levá-la em conta ou em consideração” entrou para a história, “com a característica peculiar de ter sido inconcebível, mesmo enquanto acontecia” (TROUILLOT, 2016, p. 122-136).

Como escrever então uma “história do impossível”? (TROUILLOT, 2016, p. 123). A violência da modernidade/colonialidade, que se origina do primeiro contato com a América, reprime e silencia as representações dos povos ditos inferiores, suas resistências e seu lugar na história. Caracterizada pelos discursos legitimadores de civilização e de progresso, a modernidade marca uma série de práxis extraordinariamente desumana (DUSSEL, 1994, 2005).

Enrique Dussel denomina “mito da modernidade” o fato de a modernidade se apresentar como processo de emancipação, de avanços

6 O general Toussaint Louverture, em 1801, invade a porção espanhola de Quisqueya (Hispaniola), controlando assim toda a ilha, e no mesmo ano promulga uma constituição que regulamenta a autonomia de Saint-Domingue. Abol a escravidão, autoproclama-se governador vitalício com poderes absolutos. Morre em abril de 1803 na prisão Fort-de-Joux, na França, após seu arresto em 1802 pelo general Charles V. E. Leclerc, quem, a pedido de Napoleão Bonaparte, pretendia restabelecer a escravidão nas colônias francesas após sua abolição oficial em 1794.

7 A dívida da independência haitiana foi paga à França no total de 60 milhões de francos entre 1825 e 1888, mediante negociações, pois o valor inicial era de 150 milhões. O debate em torno da questão é extenso; o historiador Jean Alix René (2019), por exemplo, argumenta que foi o Estado haitiano que propôs o acordo à França.

tecnológicos, econômicos e políticos – falácia do desenvolvimento – e não reconhecer seu aspecto violento. O colonialismo e a modernidade estão intrinsecamente relacionados (DUSSEL, 1994, 2005; ESCOBAR, 2003; GROSGUÉL, 2007; QUIJANO, 1992, 2005, 2007; MIGNOLO, 2007, 2017). Portanto, “quanto menos importante para a história mundial parecerem o colonialismo e o racismo, tanto menos importante também parecerá a Revolução Haitiana” (TROUILLOT, 2016, p. 159), como também as várias outras lutas dos povos negros e indígenas.

Consequentemente, a história da Revolução Haitiana não poderia guardar um lugar de destaque na história moderna, já que a revolução vem para dismantlar o mito da modernidade que o Ocidente criou para si e para os outros. Ou seja, o silenciamento da Revolução de 1791 está muito mais relacionado com o Ocidente e seu colonialismo do que com o Haiti. Esse silenciamento fora, com o tempo e com as incessantes instabilidades socioeconômicas e políticas do país, intensificado ainda mais. De *Perle des Antilles* ao “país mais pobre das Américas”, o Haiti e sua revolução ficaram cada vez mais no esquecimento.

No entanto, analisando o contexto da construção do PNH-CSSR, entendemos que aqueles monumentos não tinham apenas valor de uso estratégico ao possibilitar a defesa e/ou consolidação do Haiti independente. Mas também traziam a intenção de celebrar a liberdade condenada, de escrever na pedra essa parte da história dos negros. Podemos, portanto, classificá-los como monumentos, conforme definido por Françoise Choay (2001), ao retomar sua etimologia latina *monere*, isto é, advertir, lembrar. A categoria monumento abrange toda edificação feita intencionalmente para rememorar acontecimentos da comunidade com o fim de preservar sua identidade. A edificação da Cidade Real de Henri I, por exemplo, foi pensada, *a priori*, com elemento para rememorar e defender a vitória da Revolução e o saber-fazer dos negros ex-escravizados de Saint-Domingue.

Anos após a independência, o Haiti ficou dividido em dois Estados: um reino no Norte, governado por Henri Christophe, e uma República no Sul, tendo Alexandre Pétion como presidente. Em 1811, Christophe se autoproclama rei Henri I, e dá continuidade à fortificação do Norte. Ergue o Palais Sans-Souci no pé da montanha (Figura 3), no projeto de edificação da sua Cidade Real em Milot, arquitetado por Henry Barré como capital

política, militar e administrativa de seu reino. *Le Roi bâtisseur*⁸ – como é conhecido na historiografia nacional – se dedicou à construção de vários palácios e castelos em toda a extensão de seu reino (PÉRARD, 2018).

FIGURA 3

Palais Sans-Souci da Cidade Real. Fonte: Ruínas circulares: vida e história no norte do Haiti (BULAMAH, 2018).



Os monumentos que compõem o Parc National Historique se constituem, de acordo com guias locais, em um dos mais importantes conjuntos – se não o mais importante – do país, por serem os primeiros monumentos do Haiti independente, construídos por negros recém-saídos da escravidão. A Citadelle (Figura 4) – maior das fortalezas do Haiti, inclusive do Caribe Insular – construção inacabada – localiza-se a 970 m de altitude acima do nível do mar, oferecendo uma vista panorâmica de toda a região Norte do país. À época de Henri I, estava equipada com uma quantidade indefinida

8 Muito tempo após a Proclamação da Independência, o trabalho forçado dos campesinos em latifúndios, a corveia, as práticas de castigos corporais etc., eram legalizados no país, e é bem provável que Henri I tenha utilizado essas práticas para suas construções. Alguns historiadores, até final do século XIX, (Beaubrun Ardouin; Joseph Saint-Rémy; Thomas Madiou) o apresentam como um tirano que usou sua Citadelle como prisão para os oponentes do Grande Norte.

de armamentos. Atualmente, encontram-se no local 136 canhões de diferentes tamanhos e estilos, 27 morteiros e inúmeras balas de canhão pertencentes, em sua maioria, aos exércitos da França, mas também da Grã-Bretanha e da Espanha dos séculos XVI e XVII. Sua edificação, juntamente com o palácio e Ramiers, precisou de grande recurso humano e financeiro. Não se sabe quanto custou, mas estima-se que de 10 a 20 mil pessoas participaram da construção (LA CITADELLE..., 2011).

FIGURA 4

A Citadelle Laferrière.
Fotografia: Loudmia
A. Pierre-Louis, 2019.
Fonte: acervo pessoal
da autora.



A vontade de memória expressa nos monumentos levantados após a Revolução fica explícita quando lemos as referências do barão Valentin de Vastey, chanceler do reino às construções do palácio e da Igreja Real⁹ em 1819:

⁹ Na noite de 12 de abril, à madrugada de 13 de abril desse ano (2020), a capela real de Milot, construída entre 1810 e 1813, a alguns metros do Palácio Sans-Souci, foi incendiada. A origem do incêndio é indeterminada, e destruiu o domo e os móveis da igreja. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/214815/la-chapelle-royale-de-milot-devoree-par-un-incendie>. Acesso em: 20 abr. 2020. Ao que parece, algumas instituições estão se articulando para a reparação da igreja. Disponível em: <https://ayibopost.com/la-chapelle-de-milot-est-sur-le-point-detre-restauree/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

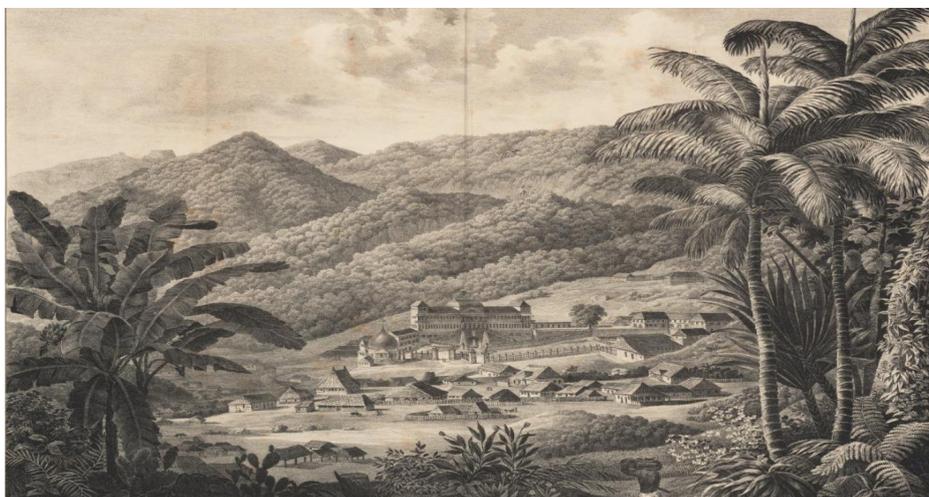
Essas duas estruturas, erguidas por descendentes de africanos, mostram que não perdemos o bom gosto e o gênio arquitetônico de nossos ancestrais, que cobriram a Etiópia, o Egito, Cartago e a antiga Espanha com seus soberbos monumentos (VASTEY, 1923 [1819], p. 137 *apud* TROUILLOT, 2016, p. 69).

Tal afirmação demonstra o desejo do Estado do Norte de produzir uma identidade independente para o Haiti, com base em referências africanas negras, uma tentativa de romper com a imagem do negro africano escravizado, selvagem¹⁰.

A Cidadela, como o resto da Cidade Real e as demais construções de defesa, serviria para fazer lembrar para sempre que a Revolução teve lugar, que o exército francês de Napoleão fora derrotado e que a nação dirigida por negros estava de pé e não pretendia cair. O geógrafo Carl Ritter, que desenhou um esboço do palácio (Figura 5) poucos dias antes da morte de Christophe, julgava-o “consideravelmente impressionante para quem o vê” (TROUILLOT, 2016, p. 68). Impressionante por ter sido construída por negros ex-escravizados? Não se sabe exatamente em que sentido ia a afirmação do geógrafo, mas significa que a mensagem que o simbolismo dos monumentos difundia tinha chegado até o Ocidente.

FIGURA 5

O Palais Sans-Souci, de Milot. Fonte: Naturhistorische Reise nach der westindischen Insel Hayti, Stuttgart (RITTER, 1836).



10 Não encontramos nenhum estudo que fizesse uma análise significativa sobre os aspectos arquitetônicos dos monumentos do PNH de forma relacionada às raízes africanas. No entanto a Unesco aponta os aspectos barrocos e clássicos da construção de Sans-Souci, e o caracteriza como uma mescla de modelos arquitetônicos diversos da Europa (Potsdam, Viena, Paris). Disponível em: <https://whc.unesco.org/fr/list/180/>. Acesso em: 20 maio 2020. Nesse sentido, esse olhar sobre as referências africanas precisa ser estudado e aprofundado.

No entanto, a abolição da escravidão e a independência do Haiti não levaram os líderes da jovem nação a pensar o poder público diferentemente da metrópole, ao contrário, aplicaram em sua administração as formas violentas do Estado moderno de governar. As heranças culturais do ocidente são valorizadas, enquanto as práticas culturais do povo – em sua grande maioria negra – são perseguidas constantemente.

O Reinado do Norte chegou ao fim em 1820, quando Henri I se viu impossibilitado de enfrentar a insurreição popular levada a cabo pelos opositores do Sul, pois ficou paralisado na parte direita do corpo depois de ter sido vítima de uma crise de apoplexia. Ele se suicidou em 8 de outubro. A insurreição venceu e o reino ficou sem herdeiro, tendo sido o palácio saqueado e, posteriormente, destruído com o terremoto que abalou a cidade de Milot em 1842. Atualmente, somente podem-se observar as ruínas (Figura 6), uma vez que, após o terremoto, o palácio e os demais monumentos “não fizeram mais história” até o processo de patrimonialização nacional, na década de 1940.

FIGURA 6

O Palais Sans-Souci.
Fotografia: Loudmia
A. Pierre-Louis, 2019.
Fonte: acervo pessoal
da autora.



A seguir, apresentaremos como o Estado haitiano se articulou para pensar a questão do patrimônio cultural. Para entender a ação estatal de tombamento desses monumentos que fazem parte do Parc National Historique, tornando-os patrimônio do Haiti e da humanidade, analisamos documentos oficiais – decretos, constituições, leis, resoluções – voltados à questão cultural/patrimonial. E dividimos o processo de patrimonialização do Haiti em dois períodos, o primeiro de 1920 a 1940, e o segundo de 1960 a 1990.

3 O PARC NATIONAL HISTORIQUE E A POLÍTICA DE PATRIMÔNIO HAITIANA

Os processos de patrimonialização consistiram, desde o século XIX, em formas de legitimar as identidades nacionais, pois os patrimônios surgem como “elementos de identificação e de referência que intervêm na construção de identidades culturais, nacionais e políticas” (BABELON; CHASTEL, 1994, p. 20, tradução nossa). Esse patrimônio pode englobar um conjunto de bens que resistiram aos efeitos destrutivos do tempo e que passaram, assim, a ser venerados e preservados pelo e para o Estado-nação como lugares de memória (NORA, 2012), ao estabelecer pontes entre as gerações presentes e as passadas, ao organizar e dar certo sentido ao passado.

A criação de institutos e a formulação de legislações patrimoniais a partir do século XIX se estruturaram sobre uma narrativa baseada no medo de que os vestígios do passado nacional desaparecessem no tempo, daí a necessidade de colecionar memórias e de salvaguardá-las para o futuro (FONSECA, 1996, 2005). O patrimônio, nesse sentido, traduziria a forma como uma sociedade experimenta o passado. A obsessão contemporânea do Ocidente pelo patrimônio (RIEGL, 1984; POULOT, 2008), por exemplo, é entendida por François Hartog (2013) como efeito de uma crise localizada no século XX, que provoca mudança no regime de historicidade, quando o futuro deixa de ser promissor e passa a causar medo, então o Ocidente deixa o futurismo e passa a viver um *presentismo monstro*. O presente se torna onipresente e eterno, e as tradições passam a ter posição privilegiada nessa experiência temporal.

Entretanto, como alertou Reginaldo Gonçalves (1996) ao se debruçar sobre a origem do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no Brasil, o discurso que caracteriza o tempo como processo de

destruição ao colocar em risco tradição, memória e identidade também produz um tipo de destruição ao homogeneizar objetos que seriam destruídos e dispersados pela ação do tempo, encaixando-os na categoria de patrimônio nacional.

No caso específico do Haiti, o processo de patrimonialização pode ser dividido entre 1920-1940 e 1960-1990. Esses dois períodos concernem a governos autoritários e ditatoriais no país – até o processo de (re)democratização na década de 1990. Lembrando que, entre 1915 e 1934, o Haiti foi ocupado militarmente pelos Estados Unidos, o que levou a elite intelectual a se organizar em busca de uma identidade cultural como uma das formas de oposição à ocupação.

O primeiro período se enquadra como marco de uma visibilidade da questão patrimonial no seio do Estado, que começa a promulgar leis e decretos de utilidade pública (Lei de 1921¹¹); sobre o domínio privado e público do Estado, que são os elementos naturais e culturais históricos “inalienáveis e imprescritíveis” (Lei de 1927¹²); e mais especificamente voltados à preservação dos sítios e monumentos históricos (Lei de 1940¹³ e Decreto-Lei de 1941¹⁴).

A educação e o desenvolvimento do turismo nacional foram destacados pelo Estado ao promulgar a Lei de 1940 sobre a preservação dos monumentos históricos, que visa evitar a degradação, a dispersão dos monumentos que apresentam interesse arqueológico, histórico ou artístico, pré-histórico e natural previstos na Lei de 1927, e os coloca sob as políticas de proteção. Depois, no ano de 1941, foi promulgado um decreto-lei definindo a proteção dos objetos arqueológicos – peças pré-colombianas tendo uma importância científica ou artística – e etnográficos da nação, e criando um *Bureau d’ethnologie*, responsável pela gestão desses objetos¹⁵.

Embora os bens etnográficos não tenham sido definidos pelo Decreto-Lei de 1941, o *Bureau d’ethnologie* se dedicará em grande medida aos estudos

11 HAÏTI. Loi du 8 juillet 1921. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 55, 27 juil. 1921.

12 HAÏTI. Loi du 26 juillet 1927. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 63-64, 8/11 août 1927.

13 HAÏTI. Loi du 23 avril 1940. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 34, 25 avril 1940.

14 HAÏTI. Décret-loi du 31 octobre. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 94, 10 nov. 1941.

15 Para mais informações sobre o papel desta instituição nos estudos da cultura popular no Haiti, Cf. CHARLIER-DOUCET, Rachelle. *Anthropologie, politique et engagement social: L’expérience du Bureau d’ethnologie d’Haïti*. Gradhiva, Paris, n. 1, p. 109-125, 2005.

das práticas vodúístas no país. E, como apontado por Alexandre Fernandes Corrêa (2005), nas últimas décadas do século XIX a etnografia, inspirada nos conceitos do darwinismo social, se referia ao registro das fases e períodos étnicos da espécie humana no caminho da sua evolução da selvageria e da barbárie à civilização. Desta maneira, esses bens etnográficos – herdados do vodú – representavam o lado atrasado do país, o exótico, o que precisa ser superado, justificando a marginalização de certos grupos da nação.

Esse primeiro recorte finaliza com a Constituição de 1946¹⁶, a primeira a trazer a questão cultural impregnada nos seus artigos. Esse documento informa que é dever do Estado proteger e cuidar de lugares notáveis por sua beleza natural, seu valor histórico e artístico. No primeiro período, não há registro de um conjunto de legislações e decretos de proteção e de registros patrimoniais, mas somente decretos isolados, até 1957.

Com a chegada do ditador Duvalier ao poder em 1957, uma nova Constituição é promulgada¹⁷, estabelecendo, no artigo 170, que as riquezas artística, histórica, folclórica e arqueológica do país fazem parte do “Tesouro Cultural Nacional”, sendo dever do Estado preservá-las. Dava ênfase à educação, ao ensino da história e à geografia nacional, moral e cívica, e da Constituição. A mesma atenção aos bens culturais é dada nas constituições de 1964¹⁸ – emendada em 1971¹⁹ – e 1983. No final dos anos 1980, o duvalierismo desmorona dando lugar ao período de (re)democratização do país com a nova Constituição de 1987²⁰, que enfatiza também as questões culturais. Essa constituição, no entanto, se diferencia das anteriores por fazer alusão aos bens culturais como parte do patrimônio nacional e por revogar o Decreto-Lei de 1935²¹ sobre as práticas antissupersticiosas, colocando as crenças africanas sob a proteção do Estado.

16 HAÏTI. *Constitution de la République d'Haïti 1946*. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, 23 déc. 1946.

17 HAÏTI. *Constitution de la République d'Haïti 1957*. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 144, 22 déc. 1957.

18 HAÏTI. *Constitution de la République d'Haïti 1964*. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 62A, 22 juin 1964.

19 HAÏTI. *Constitution de la République d'Haïti amendée 1971*. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 16, 25 févr. 1971.

20 HAÏTI. *Constitution de de la République d'Haïti le 10 mars 1987*. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 36, 28 avril 1987.

21 HAÏTI. *Décret-loi du 5 septembre 1935*. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 77, 12 sept. 1935.

Enquanto uma série de documentos administrativos remetia às práticas folclóricas como parte da cultura nacional e dignas de proteção estatal, o Decreto-Lei de 1935, que proibia todas as danças e práticas populares relacionadas ao vodu, ainda estava em vigor. Por exemplo, durante a “Campanha antissupersticiosa”, ou “Campanha dos rejeitados” em 1939, os voduístas, especialmente os habitantes das áreas rurais, tiveram que declarar publicamente sua renúncia ao vodu. Vários templos, imagens e objetos foram queimados, árvores também foram cortadas, pois eram a morada das divindades do vodu (HURBON, 1979, 2005). Ao mesmo tempo em que era proibido, o vodu, base da cultura popular, era objeto de espetáculos e encenações nos tours turísticos (BECHACQ, 2014). E, enquanto os textos jurídicos que antecedem a Constituição de 1987 visavam a cultura, reconhecendo o folclore como bem cultural nacional, o *kreyòl*, língua pela qual o povo se expressa, não era considerada língua oficial da nação, como o era o francês.

Dos anos 1960 aos 1990, quando estabelecemos o recorte do segundo período, além dos textos constitucionais, uma série de textos administrativos voltados à cultura, à educação e ao patrimônio foram publicados, como a criação de várias instituições voltadas à questão. Temos, por exemplo, em 1961, a prescrição de uma série de fortalezas como áreas reservadas, incluindo os monumentos do PNH-CSSR (Lei de 1961²²); o Decreto de 1968²³, que define os Parques Nacionais (PN) como extensões de terra de domínio público, arborizadas ou não, que abrigam monumentos históricos ou naturais, objeto de interesses histórico, geológico, científico e turístico. A Citadelle Laferrière, Sans-Souci, Ramiers entre outros seis, passaram a ser considerados como PN, e foram iniciados os trabalhos que visavam sua reparação (Decreto de 1978²⁴). O Département de l’Agriculture, des Ressources Naturelles et du Développement Rural, junto com o Office National du Tourisme, administravam os PN.

Complementando o decreto de 1968, o projeto de lei, em 1995²⁵, conceituou os *Parques Nacionais Históricos* (PNH), que, à diferença dos PN,

22 HAÏTI. Loi du 31 juillet 1961. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 76, 7 août 1961.

23 HAÏTI. Décret du 18 mars 1968. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 23, 18 mars 1968.

24 HAÏTI. Arrêté du 29 août 1978. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 73A, 26 oct. 1978.

25 HAÏTI. *Proposition de loi portant création du Parc National Historique – Sans Souci – Citadelle – Ramiers*. Septembre 1995b.

estariam sujeitos às políticas de proteção do patrimônio cultural. Por meio desse Projeto de Lei, a Citadelle Laferrière, Sans-Souci e Ramiers passariam a constar como PNH. E, nesse mesmo ano, foram tombados os primeiros patrimônios nacionais. Sem detalhar os excepcionais valores dos bens, 33 construções foram classificadas como patrimônio nacional, a maioria fortificações, incluindo a Citadelle, Sans-Souci e Ramiers (Decreto de 1995²⁶).

Entre as instituições criadas nesse segundo período, temos: o Office National du Tourisme; o Musée du Panthéon National Haïtien; os Archives Nationales; a Bibliothèque Nationale; a École Nationale des Arts; o Théâtre National e o Troupe Folklorique Nationale; o Institut de Sauvegarde du Patrimoine National (ISPAN); o Institut National Haïtien de la Culture et de l'Art; a Commission Nationale Haïtienne de Coopération avec l'UNESCO, entre outros. O país também aderiu a várias convenções internacionais sobre a cultura e a educação. Maior ênfase foi dada também à educação, estabelecendo a estrutura organizacional do Ministère de l'Éducation Nationale, de la Jeunesse et des Sports.

A educação consistia, nos documentos oficiais, em um meio para a difusão de consciência patrimonial, mediante a consolidação da identidade do haitiano, reconciliando-o com sua cultura pela formação cívica, nacional e patriótica, visando também o progresso econômico do país (Lei de 1979²⁷; Decreto de 1982²⁸; Decreto de 1989²⁹). Essas leis introduziram o uso do *kreyòl* como língua de ensino. Lembramos que somente em 1987 o *kreyòl* foi considerado língua oficial do país. A introdução da língua no sistema educativo não fazia parte de um plano nacional de lutar contra a diglossia existente com a língua francesa. Ao contrário, consistia um meio para facilitar a passagem ao francês, “língua do mundo social” (HURBON, 1979, p. 26).

Os textos oficiais analisados remetem a valores históricos e artísticos, às vezes naturais e, sobretudo, turísticos quando o assunto é pensar o patrimônio, mas tais valores em nenhum texto foram detalhados, possibilitando saber qual aspecto da história nacional, por exemplo, se pretendia valorizar ou os valores

26 HAÏTI. Arrêté du 23 août 1995. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 68, 28 août 1995a.

27 HAÏTI. Loi du 18 septembre 1979. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 90, 19 nov. 1979.

28 HAÏTI. Décret du 30 mars 1982. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 27, 5 avril 1982.

29 HAÏTI. Décret du 08 mai 1989. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 42, 05 juin 1989.

artísticos que esses monumentos carregam. Os documentos oficiais especificamente voltados ao PNH-CSSR apenas mencionam que os monumentos têm valores importantes para a nação e, portanto, precisam ser salvaguardados.

Nenhum texto menciona a cisão do país entre o Reino do Norte e a República do Sul; ou mesmo as lutas de independência; ou mesmo a preocupação dos primeiros chefes de Estado em proteger a nação, daí a construção das fortalezas que foram todas tombadas como patrimônio histórico nacional para trazer à tona o simbolismo desses monumentos para a identidade e a memória nacional; ou mesmo fazer alusão à tese sobre as violências impregnadas na construção dos monumentos; ou ainda o pagamento da indenização à França.

A preocupação do Estado haitiano com a cultura e o patrimônio de forma geral está, única ou grandemente, relacionada ao turismo internacional. Segundo os dados do Ispan da cidade do Cap³⁰, no período que se estende de 1978 a 1988, a maioria dos turistas que visitaram o PNH-CSSR eram estrangeiros (MATHELIER, 1990). Outro ponto interessante a ser ressaltado aqui é o fato de o PNH-CSSR ter sido classificado como patrimônio da humanidade em 1982, antes mesmo de ter sido tombado como patrimônio nacional em 1995. Assim, o Estado haitiano estaria mais preocupado em se projetar para o mundo por meio de seu patrimônio do que utilizar o patrimônio como meio para a nação aprender, viver e fazer a história de modo consciente?

Embora tenhamos observado a estruturação de uma legislação patrimonial no Haiti, o Estado haitiano não tem sido efetivo na proteção dos patrimônios históricos. Vários dos projetos escritos nas décadas de 1980 e 1990 não foram realizados até os dias de hoje ou só se concretizaram a partir dos anos 2010. Exemplo disso é o caso do projeto da criação de um jardim botânico nos espaços do palácio Sans-Souci sobre o modelo original, que não foi realizado, e o projeto-lei dos PNH ficou apenas na esfera de um projeto. Sem qualquer documento oficial que definisse os PNH, os monumentos da Citadelle Laferrière, Sans-Souci e Ramiers foram tombados como PNH nacional e internacionalmente.

30 *Cap-Haïtien* ou, na forma reduzida, Le Cap, era a principal cidade de Saint-Domingue – Cap-Français – e a capital comercial e financeira do reino de Henri I, Cap-Henri. Atualmente, é a segunda cidade mais importante do país, capital do Departamento do Norte, onde se encontra a cidade de Milot.

Dos 33 monumentos tombados em 1995, apenas o PNH-CSSR usufruiu das humildes políticas patrimoniais de salvaguarda. A maioria dos demais monumentos está em estado de abandono, ruína e perda, enquanto trazem o mesmo significado simbólico de resistência. O mundo se interessou por Sans-Souci, olhou para a Citadelle Laferrière e Ramiers e o Estado haitiano os salvaguardou.

Ao analisarmos as fontes, observamos que o Haiti só teve uma política cultural na época de sua mais violenta ditadura e que os interesses políticos do governo ditatorial que alimentaram uma memória acerca das ruínas do Parc National Historique, da cultura e educação nacional, de forma geral, consistiam apenas em pano de fundo para estabelecer o controle social necessário ao regime.

3.1 A identidade nacional haitiana sob o controle do poder ditatorial
A produção de símbolos e narrativas de identidade nacional ocorre como parte de um projeto articulado no campo do Estado e diretamente relacionado à educação e ao patrimônio. O Estado-nação cria, por meio do nacionalismo, o sentimento de identidade, de pertencimento à comunidade específica para poder se diferenciar dos outros grupos. E essas “comunidades imaginadas” (BENEDICT, 2008) se dão em torno da construção da homogeneização da população por uma identidade em comum.

Durante a época duvalierista, dividido entre o pai, François Duvalier (1957-1971) e o filho, Jean-Claude Duvalier (1971-1986) – um dos governos mais violentos e ditatoriais do Haiti (VOLTAIRE, 2015) –, o governo evidenciava uma suposta valorização e defesa da raça negra e da cultura popular, sobretudo do vodu. Os Duvalier, pertencentes à corrente dos indigenistas³¹, se diferenciavam no jogo político por se apresentarem como a alternativa para a reabilitação cultural das massas negras subjugadas. Entretanto tratava-se de uma narrativa que deslocava elementos da memória e da identidade popular, ressignificando-os e destituindo-os de seus sentidos de resistência. “O indigenismo e a negritude são reivindicados por esse regime político porque supostamente concretiza a elevação da dignidade

³¹ O movimento político-cultural do indigenismo, a partir de 1928, se constituiu como elemento de luta contra o imperialismo estadunidense a partir de um discurso nacionalista de emancipação.

cultural do povo” (HURBON, 1979, p. 93, tradução nossa). Em seu governo ditatorial, os Duvalier acentuavam o tema da identidade racial como forma de coesão nacional. Como *indigénistes-noiristes*, provindos de uma classe média de intelectuais negros, defendiam o poder negro e a importância de costumes, cultura, música, arte, literatura e crenças africanas. Igualmente, defendiam a reestruturação do sistema educacional e um governo de braço de ferro para “salvar” o campesinato da sua barbárie (HURBON, 1979, 2005).

Todas as iniciativas desse período ditatorial voltadas à cultura e ao patrimônio se enquadram num suposto interesse de promover uma consciência nacional para apenas consolidar seu poder, mediante um nacionalismo conservador. Apresentaram-se como homens do povo, representantes das massas negras, para conseguir o apoio popular necessário. Esse período ditatorial apenas deu continuidade às práticas violentas do Estado haitiano, herdadas do período colonial, “mas com a particularidade de conseguir se disfarçar tanto que aparentou levar a luta contra a violência cultural” (HURBON, 1979, p. 93, tradução nossa).

Os valores de união, luta, resistência e liberdade, imbuídos nos monumentos do PNH-CSSR, não poderiam ser retomados pelo governo ditatorial para pensar a identidade nacional, uma vez que são conceitos perigosos que fugiam de seu projeto de Estado-nação. A memória histórica perpetuada pela intolerância do Estado em torno dos monumentos do PNH-CSSR funciona para enfeitar a cidade de Milot e os discursos históricos nacionais, para torná-los mais receptíveis internacionalmente e menos arriscados nacionalmente.

O corpo especial dos “voluntários da segurança nacional”, aliás *tonton makout*, era o instrumento de repressão contra os opositores abertos do regime, ou qualquer um que era suspeito de ser um antiduvalierista (VOLTAIRE, 2015). Uma das práticas mais frequentes do período foi a das expropriações das terras dos camponeses de forma arbitrária. Para delimitar o PNH-CSSR, muita terra teve que ser expropriada (BULAMAH, 2018) e, segundo o balanço feito pelo ISPAN, entre 1979 e 1982 foram construídas casas para os agricultores que haviam sido expropriados (LA CITADELLE..., 2011, p. 6). O documento não traz nenhum detalhe referente a essas construções, às indenizações e afins.

A valorização do legado material da Revolução de 1791, como a Citadelle, Sans-Souci e Ramiers, que compõem o Parc National Historique,

se deu em um contexto de opressão e instabilidade política. As políticas culturais do Estado haitiano ocorreram durante o período da ditadura militar, de violência arbitrária por parte do Estado, que vendia um discurso de civilização e promoção de liberdade por meio de seu patrimônio histórico para o mundo, enquanto a nação sofria repressão. Um período que se caracterizou pelo racismo aberto aos mestiços e total desprezo ao camponês negro “vulgar” (HURBON, 1979, 2005; VOLTAIRE, 2015).

4 CONCLUSÃO

Como a historiografia nacional até o século XX – dividida entre duas perspectivas principais: a *mulâtre* e a *noiriste*³² –, a sociedade haitiana foi por muito tempo e, de certa maneira, até os dias de hoje dividida entre os que defendem as práticas ocidentais como meio de alcançar a civilização e os que lutam para provar a importância das raízes afro para a nação.

A jovem nação haitiana, por meio da sua elite, se vira sufocada pelo desejo de se assemelhar à França, de se tornar “civilizada”, uma nação pertencente ao mundo civilizado, apesar de viver constantemente à margem do concerto das nações. Dessa contrarreforma colonial, legalizaram-se perseguições contra tudo que lembrava a África, o que representava a massa “inculta”.

Em contrapartida, essa mesma elite fazia alusão à Revolução para se opor aos discursos racistas vindos no exterior, louvando seu valor de liberdade e construindo uma identidade nacional a partir de uma suposta imagem positiva da negritude. Ao mesmo tempo em que o Haiti era colocado como o regenerador da raça negra por seus intelectuais no século XIX e princípio do XX, a África era por eles vista como terra dos bárbaros, dos incivilizados (HOFFMANN, 1990 apud CASIMIR, 2018, p. 54). O discurso da *intelligentsia* haitiana até os anos 1930 era que o Haiti, por ter mantido contato com o Ocidente, se civilizou, podendo, assim, ser o farol dos negros

32 A tendência predominante *mulâtre*, voltada à metrópole, narra a Revolução de 1791 como subproduto da Revolução Francesa. Tal tendência retrata os principais líderes negros da Revolução Haitiana como tiranos e ignorantes, enquanto as principais figuras mestiças aparecem como mais civilizados e humanos. Por sua vez, a tendência *noiriste* eleva os líderes negros e apresenta os mestiços como desleais. Cf. HERNÁNDEZ, 2005. A prevalência da perspectiva *mulâtre* começou a decair na segunda metade do século XX com a aparição de estudos etnográficos como *Ainsi parla L'oncle* (1928) de Jean Price-Mars, um dos pioneiros a defender a importância dos traços africanos na identidade nacional, valorizando o homem negro e suas produções culturais.

africanos. A identidade nacional se construiria sobre o desprezo da África. O marco de 1804 foi uma ilusão de liberdade. O Estado, apropriando-se das riquezas da sociedade, perpetuou a hierarquia de classe existente entre livres possuidores de bens e ex-escravizados, reforçando os contrastes entre o negro crioulo e o negro boçal.³³

Como apontado por Casimir (2018), todos os heróis nacionais foram crioulos negros e mestiços livres, entre uma população majoritariamente de boçais. Isso diz muito sobre as tradições inventadas pelo Estado haitiano para criar e sustentar uma unidade nacional. Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1990), a noção de nação no seu sentido moderno engloba a etnicidade, ou seja, o sentimento do cidadão de ter a mesma origem que os demais cidadãos do território, de compartilhar os mesmos valores, as mesmas práticas e crenças, de falar a mesma língua. Assim como Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2002) e Patrick J. Geary (2005), entendemos que tais tradições foram inventadas, mas não do nada, e sim da história dos preconceitos existentes entre os boçais e crioulos, entre o incivilizado e o civilizado. Era necessário que o Estado criasse o sentimento de que todos os haitianos tivessem a mesma origem, que eram todos nascidos no solo do Haiti guerreiro e livre, e que a África era o passado remoto.

Para diferenciar a formação dos Estados-nação americanos dos Estados europeus, Benedict Anderson (2008) aponta que os Estados-nação americanos não se deram a partir de movimentos populares, mas da necessidade dos crioulos latifundiários escravocratas de se diferenciarem tanto dos metropolitanos que os subjugavam como dos “racialmente inferiores” das sociedades coloniais. Apesar da nação haitiana se constituir graças a uma série de acontecimentos entre o período de 1791 e 1804, que iriam abalar todo o sistema escravocrata e racista atual, os quais foram levados a cabo por negros escravizados em sua maioria e mestiços livres, o Estado-nação haitiano trabalhara contra a maior parte de sua população, seus camponeses.

33 Vale lembrar que os boçais representavam, no período da Revolução, 60% da população de escravizados da ilha, a maioria proveniente do Congo (THORNTON, 1993 *apud* HERNÁNDEZ, 2005, p. 44). Congo é uma palavra pejorativa no Haiti. Eles eram considerados não civilizados o suficiente, radicais demais pela nova aristocracia local formada por crioulos depois da independência. Compuseram, em sua grande maioria, a população campesina subjugada pelo Estado.

Assim, entendemos que o “Estado ocidental – Moderno, colonial, capitalista e racista – não pode subsistir sem se inventar miseráveis” (CASIMIR, 2018, p. 111, tradução nossa). O Estado moderno é violento. Independentemente das especificidades da sua construção conforme as nações, ele será portador da violência moderna, o Estado-nação haitiano se insere nesse caso. Apesar de ter sido constituído por práticas decoloniais, ele seguiu o caminho do mundo colonial, moderno, racista e eurocêntrico³⁴.

Com a declaração da independência em janeiro de 1804, os representantes do Estado escolheram o nome pelo qual a população indígena chamava a ilha: Haiti, que quer dizer terra montanhosa. Esse ato pode ser inserido dentro de práticas decoloniais? Ao escolher esse nome para a nação, os chefes do Estado não estavam relembrando dos indígenas que foram em grande parte dizimados, reconhecendo e rompendo com o período colonial e escravista, portanto violento e eurocêntrico? Mas, ao mesmo tempo, observamos que o ato da Proclamação da Independência foi escrito em francês, e não em *kreyòl* – língua do povo – ou em ambas³⁵. A escolha do francês como língua pode ser entendida como efeito da colonialidade. O francês seria e é a máscara branca da elite nacional (FANON, 2008).

Deparamo-nos, assim, com a formação de um Estado-nação que foge dos interesses da sua população em prol das necessidades da sua oligarquia; de um Estado haitiano preso entre a natureza violenta do Estado moderno e a vontade de sair da colonialidade. Apesar de sua revolução ter ultrapassado o pensável, ter ido além das propostas das Revoluções Francesa e Americana – ou melhor, ter cumprido totalmente os valores que essas últimas se propuseram –, o Estado-nação haitiano não escapou da colonialidade. Entendemos efetivamente que “o Estado moderno não deve ser visto como uma unidade abstrata, separada do sistema de relações

34 Pode-se pensar no patrimônio decolonial como modelo moderno de Estado-nação? “Como lidar com a paternidade europeia das nossas instituições e pensamentos políticos? [...] Devem-se descolonizar as instituições políticas – ou quais seriam as instituições políticas decoloniais?” essas são para Luciana Ballestrin (2013, p. 112) e, para nós, inquietações suscitadas pelos estudos decoloniais. Cf. BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, p. 89-117, 2013.

35 Já havia escrita para o *kreyòl* e o poder colonial o aplicava nos informes. Cf. LAROCHE, Maximilien. La quête de l’identité culturelle dans la littérature haitienne. *Notre librairie. La littérature haitienne*. Avril, Juin 1979. n. 48 p. 55-67.

mundiais que se configuram a partir de 1492, e sim como uma função no interior desse sistema internacional de poder” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 90-91).

Em outras palavras, a modernidade permeia todas as instituições modernas, começando pelo Estado-nação e, sendo efeito da modernidade, este – e todos os setores da existência social vinculados ao estado como o processo de patrimonialização – carrega todo o significado da violência da modernidade, desde a morte simbólica como a própria supressão dos corpos indesejáveis. O Estado-nação haitiano criou seus próprios “outros”: o camponês boçal, bárbaro, falante do *kreyòl*, praticante do vodu.

Vimos, no decorrer da pesquisa, que a identidade nacional haitiana foi, até os anos da ocupação estadunidense, voltada a um desprezo da cultura popular da massa negra em prol de uma cultura afrancesada e civilizada. A década de 1920 deu início ao movimento dos indigenistas, que queriam valorizar a cultura popular, mas, sobretudo, os traços afro do haitiano. E que o processo de patrimonialização no Haiti pode ser dividido entre os períodos de 1920 a 1940 e de 1960 a 1990. Esses períodos foram caracterizados pela não autonomia por parte do Estado haitiano, visto que o país estava sob a ocupação militar dos Estados Unidos, e com maior ênfase no segundo período, de governos autoritários e ditatoriais.

Pensamos que o estado de ruína da maioria dos monumentos históricos não despertou suficientemente no Estado a consciência de perda da qual depende o patrimônio nem necessidade de proteção. Todo o esforço estatal voltado ao patrimônio se dá em torno do PNH-CSSR, localizado na cidade de Milot, deixando à deriva todos os outros monumentos históricos. Ou seja, nas análises, não pudemos descobrir a existência de um projeto cultural contínuo para a nação por parte do Estado entre as décadas de 1940 e 1990.

No projeto-lei de 1995, para criação dos parques nacionais, consta o interesse do Estado em desenvolver de maneira equilibrada e durável medidas de preservação do patrimônio natural e cultural, de acordo com o desenvolvimento social e econômico, para melhorar as condições de vida dos habitantes. Nesta primeira pesquisa, não chegamos a explorar as condições de vida dos habitantes de Milot, tampouco nos inteiramos de suas relações com os monumentos tombados como patrimônio durante a

ditadura militar dos Duvalier e os primeiros anos do período democrático. Uma pesquisa nesse sentido ajudaria a perceber os impactos das políticas patrimoniais na vida dos moradores da região. Propomos dar continuidade a esta investigação em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994.
- BARRAU, Sebastian. *Citadelle Laferrrière – Haiti*. Instagram, 2019. 1 fotografia. Disponível em: https://www.instagram.com/s3bastienb_/.
- BÉCHACQ, Dimitri. L'ethnologie et les troupes folkloriques haïtiennes. Politique culturelle, tourisme et émigration (1941-1986). In: BYRON PICARD, Jhon (Org.). *Production du savoir et construction sociale. L'ethnologie en Haïti*. Canada: Presses de l'université d'état d'Haïti; Presses de l'université Laval, 2014. p. 121-150. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01924447>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- BULAMAH, Rodrigo Charafeddine. *Ruínas circulares: vida e história no norte do Haiti*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333454>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- CASIMIR, Jean. *Une lecture décoloniale de l'histoire des Haïtiens: Du traité de Ryswick à l'occupation américaine 1697-1915*. Port-au-Prince: L'imprimeur, 2018.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2001.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. A coleção museu de magia negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. *Mneme – Revista de Humanidades*, Rio Grande do Norte, v. 7, n. 18, p. 404-438, out/nov. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/330>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- DUSSEL, Enrique. 1492. *El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: Plural Editores, 1994.
- DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32.
- ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latino-americana. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.1, p. 51-86, enero/dic., 2003. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero01/mundos-y-conocimientos-de-otro-modo-el-programa-de-investigacion-de-modernidadcolonialidad-latinoamericano/>. Acesso em: 28 out. 2019.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da Modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 153-165, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea: discurso de posse. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 166, n. 428, p. 165-175, jul./set. 2005.

GEARY, Patrick J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad, 2005.

GOMEZ, E. Alejandro. *Le syndrome de Saint-Domingue: perceptions et représentations de la révolution haïtienne dans le monde atlantique, 1790-1886*. Thèse (Doctorat en Histoire) – École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris. 2010. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00555007v2>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: UFRJ/Ministério da Cultura, 1996.

GROSFUGUEL, Ramón. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (compiladores). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

HAÏTI. Loi du 8 juillet 1921. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 55, 27 juil. 1921.

HAÏTI. Loi du 26 juillet 1927. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 63-64, 8/11 août 1927.

HAÏTI. Décret-loi du 5 septembre 1935. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 77, 12 sept. 1935.

HAÏTI. Loi du 23 avril 1940. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 34, 25 avril 1940.

HAÏTI. Décret-loi du 31 octobre. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 94, 10 nov. 1941.

HAÏTI. Constitution de la République d'Haïti 1946. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, 23 déc. 1946.

HAÏTI. Constitution de de la République d'Haïti 1957. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 144, 22 déc. 1957.

HAÏTI. Loi du 31 juillet 1961. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 76, 7 août 1961.

HAÏTI. Constitution de la République d'Haïti 1964. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 62A, 22 juin 1964.

HAÏTI. Décret du 18 mars 1968. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 23, 18 mars 1968.

HAÏTI. Constitution de la République d'Haïti amendée 1971. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 16, 25 févr. 1971.

HAÏTI. Arrêté du 29 août 1978. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 73A du 26 oct. 1978.

HAÏTI. Loi du 18 septembre 1979. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 90, 19 nov. 1979.

HAÏTI. Décret du 30 mars 1982. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 27, 5 avril 1982.

- HAÏTI. Constitution de de la République d'Haïti le 10 mars 1987. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 36, 28 avril 1987.
- HAÏTI. Décret du 08 mai 1989. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 42 du 05 juin 1989.
- HAÏTI. Arrêté du 23 août 1995. *Le Moniteur*, Port-au-Prince, n. 68 du 28 août 1995a.
- HAÏTI. *Proposition de loi portant création du Parc National Historique – Sans Souci – Citadelle – Ramiers*. Septembre 1995b.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidades: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HERNÁNDEZ, Juan Antonio. *Hacia una historia de lo imposible: la revolución haitiana y el “Libro de pinturas” de José Antonio Aponte*. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *La invención de la tradición*. Espanha: Editorial Crítica, 2002.
- HURBON Laënnec. *Culture et dictature en Haïti: l’imaginaire sous contrôle*. Paris: Les Éditions L’Harmattan, 1979.
- HURBON Laënnec. Le statut du vodou et l’histoire de l’anthropologie. *Gradhiva, Revue d’anthropologie et d’histoire des arts*, Paris, no 1, p. 153-163, 2005. Disponível em: <http://gradhiva.revues.org/336>. Acesso em: 3 ago. 2019.
- LA CITADELLE Henry: un monument qui le mit debout. *BULLETIN DE L’ISPAN*, Port-au-Prince, n° 28, 1° sept. 2011.
- MADIOU FILS, Thomas. *Histoire d’Haïti*. Tome 3. Port-au-Prince: impr. Jh. Courtois, 1848. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044074319252&view=iup&seq=9>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- MATHELIER, Richard. *Une analyse économique du flux touristique du Parc National Historique*. Projet PNUD/UNESCO/ISPAN, avril 1990.
- MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura de un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (compiladores). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 25-46.
- MIGNOLO, Walter D. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.]*, v. 10, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- PÉRARD, Jean-Herold. *Henry Christophe: un grand méconnu*. Canada: Protech LP, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POULOT, Dominique. Um ecossistema do patrimônio. In: RODRIGUES, C. S. de C. et al. *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 26-43.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciências Sociais*, v.XLIV, n.4, p. 583-593, 1992.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 107-130.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (compiladores). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-127.

RENÉ, Jean Alix. *Formation de l'État et culture politique populaire (1804-1846)*. Haiti: Le Natal S.A., 2019.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments: son essence et sa genèse*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

TROUILLOT, M.-R. *Silenciando o Passado: poder e a Produção da História*. Curitiba: Huya, 2016, 263p.

VOLTAIRE, Frantz. *Mourir pour Haïti: la résistance à la dictature en 1964*. Montréal: Éditions du CIDIHCA, 2015.

